



Diná Andrade Lima Ramos
Denise de Alcântara Pereira
(Organizadoras)

TERRITORIALIDADES, POLÍTICAS E SUSTENTABILIDADE:



Agenda e questões contemporâneas

Atena
Editora
Ano 2022



Diná Andrade Lima Ramos
Denise de Alcântara Pereira
(Organizadoras)

TERRITORIALIDADES, POLÍTICAS E SUSTENTABILIDADE:



Agenda e questões contemporâneas

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Imagens da capa

BNDigital, da Fundação Biblioteca

Nacional

Adaptado por Victor Celestino Vieira

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à

Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Territorialidades, políticas e sustentabilidade: agenda e questões contemporâneas

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Ivoneide Jesus
Organizadoras: Diná Andrade Lima Ramos
 Denise de Alcantara Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
T327	<p>Territorialidades, políticas e sustentabilidade: agenda e questões contemporâneas / Organizadoras Diná Andrade Lima Ramos, Denise de Alcantara Pereira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-0835-2 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.352221412</p> <p>1. Território. 2. Política. 3. Sustentabilidade. I. Ramos, Diná Andrade Lima (Organizadora). II. Pereira, Denise de Alcantara (Organizadora). III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 320.12</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil
 Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Roberto de Souza Rodrigues, Reitor

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Lúcia Helena Cunha dos Anjos, Pró-Reitora

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Diná Andrade Lima Ramos, Coordenadora do PPGDT

PROJETO EDITORIAL

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Diná Andrade Lima Ramos (coordenação)

Denise de Alcantara Pereira

Thássia Andryna Silva de Paula

Rafaela Rosa Chaves Cardoso

Nicholas Augusto Mendes da Rocha Lima

COMITÊ CIENTÍFICO

Rosângela Cavalazzi (UFRJ)

Ariel Garcia (CONICET)

Carlos Antônio Brandão (UFRJ)

Cezar Augusto Miranda Guedes (UFRRJ)

Antenora Maria da Mata Siqueira (UFF)

Realização



Apoio



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

A iniciativa de organizar e lançar um livro para marcar os dez anos do PPGDT revela a essência do empenho e da competência da comunidade acadêmica do Programa na produção científica: o compromisso com a construção do conhecimento e reconhecimento dos saberes locais, prioritariamente (mas não exclusivamente) sobre a região referência da UFRRJ.

O título da obra expressa alguns dos pilares conceituais do Programa que são trabalhados criticamente nos capítulos: território-territorialidade, ambiente, sustentabilidade e políticas públicas.

Por ser um curso interdisciplinar, que conta com docentes e discentes de várias áreas do conhecimento, é possível encontrar contribuições diversificadas para as mesmas categorias e conceitos nos textos apresentados. Antes de serem consideradas ecletismo ou incoerência, é importante reconhecer que elas são originárias de concepções dos campos disciplinares, o que torna rica a síntese do diálogo desse coletivo.

O conteúdo organizado na publicação revela os objetos de pesquisa elaborados a partir das principais demandas identificadas/construídas no território de abrangência, ou fora dele, por docentes e discentes do PPGDT. De modo competente, todos os capítulos atendem aos critérios de uma produção científica de qualidade no que tange a uma base teórica consistente, a explicitação dos objetivos e da metodologia definida para alcançá-los, a apresentação dos resultados e sua discussão, que lhes deu elementos suficientes e coerentes para a conclusão/considerações finais. Quero destacar a importância de o livro contemplar abordagens sobre etnia, gênero, populações tradicionais, questão fundiária, desastres, dentre outras, demonstrando o compromisso científico com esses sujeitos e questões.

Neste sentido, o livro torna-se protagonista síntese dos 10 anos de existência do PPGDT. Programa ainda jovem, apresenta uma relevante trajetória de consolidação que culmina com este presente para todos nós.

Consolidar um programa de pós-graduação na área do PURD-Planejamento Urbano e Regional e Demografia longe (fisicamente) do centro de decisões da Universidade não é algo simples, mesmo quando ele é multicampi e com os recursos tecnológicos existentes. Exige empenho e esforço redobrado de gestores, docentes, técnicos e estudantes para criar uma ambiência universitária. Quando além de fora da sede são localizados em pequenos e médios municípios, em especial aqueles longe das metrópoles onde a riqueza cultural, acadêmico-científica e de infraestrutura existente contribui para ampliar o repertório da comunidade acadêmica, exigem formas diferenciadas de potencialização dos recursos e bens existentes. Nesses espaços ocupados desigualmente, característica inerente ao modelo de desenvolvimento capitalista, há que buscar outras formas de se ter acesso a bens públicos que possam ampliar os horizontes do conhecimento. E o PPGDT tem honrado o seu compromisso!

Parabéns às organizadoras, autoras e autores dos capítulos e demais profissionais que, juntos, tornam essa obra possível!!

Parabéns ao PPGDT pelos 10 anos!!

Antenora Maria da Mata Siqueira

AGRADECIMENTOS

Este livro foi gerado coletivamente, com o apoio dos docentes, discentes e egressos do programa que dele participaram, direta ou indiretamente, aos quais somos gratas.

A publicação foi possível graças ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, e pelas bolsas de pós-graduação financiadas pela CAPES, que possibilitam a dedicação exclusiva aos mestrandos e mestrandas contemplados com esse importante recurso

Agradecemos também À FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, pelas Bolsas Jovem Cientista de Nosso Estado, pelas bolsas de Iniciação Científica, e por outros apoios e fomentos que auxiliam e financiam as pesquisas realizadas pelos coautores desta obra.

Agradecemos a ex-Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFRRJ, Prof. Dra. Lucia Anjos, pelo estímulo e acompanhamento das ações de nosso Programa, e por sua liderança competente e ética.

Agradecemos a atuação dos discentes que participaram da coordenação editorial e foram fundamentais para sua efetivação, a saber: Mestra Thássia Andryna Silva de Paula, Mestra Rafaela Rosa Chaves Cardoso e Mestrando Nicholas Augusto Mendes da Rocha Lima.

Agradecemos ao egresso do PPGDT Vinicius Brandão e ao bolsista de Iniciação Científica Victor Celestino que conceberam as ideias iniciais da capa do livro.

Somos profundamente gratas pelos pareceres emitidos pelos membros do Comitê Científico formado pelos professores Dra. Antenora Maria da Mata Siqueira da UFF-Campos, Dr. Ariel Garcia, do CONICET, Dr. Carlos Antônio Brandão (UFRJ), Dr. Cezar Augusto Miranda Guedes (UFRRJ) e Dra. Rosângela Cavalazzi (UFRJ).

Agradecemos a Prof. Dra. Antenora Maria da Mara Siqueira pelo texto da orelha do livro, ao Prof. Dr. Cezar Guedes, pelas palavras do Prefácio, e pela convivência durante todos os anos em que estive vinculado ao PPGDT, e ao prof. Carlos Antônio Brandão, pela inspiradora epígrafe do livro.

Finalmente, mas não menos importante, gostaríamos de agradecer aos docentes da UFRRJ e fundadores do PPGDT, alguns seguindo hoje outros caminhos, por sua perseverança e cooperação na criação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, que se consolida fundamentado na tríade Desenvolvimento, Território e Estado. Nomeadamente são elas e eles, Profa. Dra. Adriana Schueler, Profa. Dra. Beth Rocha, Prof. Dr. Carlos Brandão, Prof. Dr. Cesar da Ros, Prof. Dr. Cezar Guedes, Profa. Dra. Cristhiane Amâncio, Prof. Dr. Lamounier Vilella, Prof. Dr. Luiz Carlos de Oliveira Lima, Prof. Dr. Robson Amâncio e Prof. Dr. Robson Dias da Silva.

O decênio do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT) representa uma data a ser celebrada! Este momento reflete a persistência e o esforço, coletivo e individual, de todos que fazem parte de sua trajetória. Ao comemorar seus dez anos, com esta coletânea, revisitou-se sua evolução, estimulou-se sua autocompreensão identitária e, consolidou-se seu papel socioeconômico, cuja abrangência espacial ultrapassa o entorno dos Campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), que o acolhe. Nesta oportunidade, como toda boa festividade, há convidados ilustres, entre os quais incluem-se os leitores, bem como docentes, egressos do Programa, que participam desde sua fundação, acrescentando brilho e inspiração, com sua contribuição a esta obra. Os capítulos demonstram a capacidade de seu qualificado corpo docente, oriundo de diferentes campos do conhecimento e instituições parceiras, somado aos esforços de seus alunos e ao apoio das agências de fomento, para oferecer, como contrapartida social da universidade pública, resultados de estudos, com potencial revelador e/ou transformador, sobre o desenvolvimento do território, em suas múltiplas dimensões e escalas. Tal construção é sempre desafiadora, considerando que os temas da área de Planejamento Urbano e Regional, e Demografia, envolvem problemas complexos da ciência, exigindo saberes e respostas multidisciplinares, o grande trunfo do PPGDT. A coletânea reflete o ganho científico e dialógico, das diferentes disciplinas, em busca de uma sociedade plural, inclusiva, diversa, justa, igualitária e democrática.

PREFÁCIO

O que mais há na terra, é paisagem.

A edição deste livro é muito bem-vinda, pois comemora os dez anos de atividade do PPGDT - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, da melhor e mais genuína forma que poderia ser feita; mostrando parte significativa da produção multifacetada nos variados temas e abordagens ao longo dessa década que merece mesmo uma avaliação de conjunto. O que se destaca é a busca das conexões do território em seus âmbitos urbano e regional com a elaboração e aplicação de políticas públicas (ou de sua ausência, o que também é uma opção) em questões socioambientais e econômicas.

Nas primeiras linhas do romance de José Saramago, *Levantado do chão* (Bertrand Brasil, 2008), ali está escrito: *“O que mais há na terra, é paisagem. Por muito que do resto lhe falte, a paisagem sempre sobrou, abundância que só por milagre infatigável se explica, porquanto a paisagem é sem dúvida anterior ao homem, e apesar disso, de tanto existir, não se acabou ainda. Será porque constantemente muda: tem épocas no ano que o chão é verde, outras amarelo, e depois castanho ou negro. E também vermelho, em lugares que é cor de barro ou sangue sangrado. Mas isso depende do que no chão se plantou e cultivava, ou ainda não, ou não já, ou do que por simples natureza nasceu, sem mão de gente, e só vem a morrer porque chegou o seu último fim. Não é tal o caso do trigo, que ainda com alguma vida é cortado. Nem do sobreiro, que vivíssimo, embora por sua gravidade o não pareça, se lhe arranca a pele. Aos gritos”*.

Na prosa poética de Saramago está posto de forma sutil e bela, o que demarca a fronteira da pura paisagem, “sem a mão de gente” com algo a mais, o território, este sim, marcado pelos seres humanos que ali vivem com suas relações de cooperação e conflito. Por isso tomei emprestada essa primeira frase do romance de Saramago, pois é a partir daí que reside o desafio maior de nosso trabalho, produzir conhecimento socialmente útil aplicado a problemas e soluções propositivas na múltipla e complexa paisagem dos territórios que nos rodeiam. Nessa nossa primeira década, isso implicou em compromissos, no melhor sentido da palavra, com abordagens interdisciplinares trabalhando num esforço organizado em duas linhas de pesquisa: 1. Desenvolvimento e políticas públicas e 2. Sustentabilidade e Territorialidades. Dessa forma, as distintas formações acadêmicas do corpo docente funcionaram como um DNA aliado às motivações de cada um de nós e foi potencializada no trabalho conjunto com nossos mestrandos. A interdisciplinaridade não é algo que se declara simplesmente como um procedimento metodológico que escolhemos e alcançamos, mas, principalmente, como algo que se busca e pratica por variados caminhos nada triviais.

No vasto campo das Ciências Sociais Aplicadas, ao iniciarmos um projeto de

pesquisa e alinharmos as perspectivas, nos deparamos com uma dúvida básica: por onde começar? Certamente o contexto, as referências históricas, conceituais e metodológicas devem ser levadas em conta. Entretanto, uma vez depurada essa carpintaria teórica em seu aspecto mais substantivo, é no território e nas pessoas que vivem lá que deve estar essa argamassa da pesquisa. Do contrário, a aderência e qualidade da pesquisa estarão comprometidas. Isso deriva de uma questão básica: em tese e vistos de longe os fenômenos sociais são mais fáceis de entender. Só que, ao nos aproximarmos de suas gêneses e dinâmicas, outras complexidades se impõem. A teoria é absolutamente fundamental, mas não basta. O campo a ser conhecido e analisado é o desafio suplementar.

Em *A moral secreta dos economistas* (Unesp, 2001), Albert Hirschman acentua a necessidade de “ouvir o paciente” e atribui a essa frequente lacuna o motivo principal de muito da prática do planejamento regional não atingir seus objetivos. Tentando ser didático: a economia é de mercado, mas a sociedade não. Portanto, os contingentes humanos, seja em que escala for, devem ser considerados para além de uma totalidade ou apenas como um mercado. As carências e a falta de acesso à moradia, segurança, trabalho, saúde e transporte são variadas e muito frequentes no Brasil. Há um caminho de soluções em que a Universidade tem um papel fundamental e a gestão do território em particular, tem uma linha de elaboração que poderia e deveria ser mais acionada, mas a questão dessa defasagem é de natureza política, o que condiciona soluções técnicas mais efetivas ou não, referentes ao interesse público.

A mobilidade urbana, por exemplo; nossa Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi se adensando intensamente, assim como tantas outras no Brasil, sem que houvesse uma resposta adequada quanto aos transportes de massa, seja no fortalecimento de sua malha ferroviária, assim como na utilização da Baía da Guanabara como alternativa de transporte hidroviário, com terminais em São Gonçalo, e também mais ao fundo da Baía da Guanabara. Essas infraestruturas têm um papel evidente para aliviar o tráfego rodoviário no movimento pendular casa-trabalho e são soluções técnicas que existem e estão disponíveis. Mas na escala local dos municípios os lobbies dos transportes e do mercado imobiliário são o poder real que, ao contrário do poder público, não vão a votos e de certa forma estão sempre no poder. Entretanto, nosso parceiro privilegiado é a sociedade e suas articulações com a base material e imaterial da economia e o poder público.

Os textos apresentados têm como eixo o desenvolvimento territorial sustentável em diferentes escalas espaciais. Há também o tema das inovações e a busca por maior eficiência e tecnologias sociais, pois ao contrário do que se diz frequentemente, nossos problemas não derivam do custo do trabalho, mas das desigualdades e da ausência de um engajamento mais efetivo na educação, na ciência e nas tecnologias voltadas para os fundamentos estruturais e sociais, no sentido de uma economia sustentável que privilegia a produção, o emprego e o bem-estar social.

A intenção desse conjunto de textos é, portanto, dar a conhecer de forma mais ágil

a natureza do trabalho que vimos realizando desses dez anos e que a leitura, críticas e discussões, sirvam de estímulo para que façamos mais e melhor nessa produção acadêmica coletiva que vem se fazendo no esforço de cada um, mas que somados na interlocução, cria sinergias. Tenho prazer e alegria em ter participado da criação do PPGDT e destes primeiros anos que agora comemoramos.

Boa leitura!

Cezar Augusto Miranda Guedes

INTRODUÇÃO

Celebrar dez anos de existência do Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas – PPGDT – em 2022, pode parecer, em um primeiro olhar, um contrassenso. Nos últimos dois anos, estivemos mergulhados na pandemia e limitados em nossas atividades de ensino, pesquisa e extensão; nas pesquisas-ações, do trabalho de campo, das interações com as comunidades, e atuando remotamente. Devemos enfatizar, contudo, que a pandemia ainda não acabou! Que os festejos (no sentido de comemoração) se dá ainda em meio à morte e à alta transmissibilidade, mas apostamos na vida (a vivida e, a que ainda está por vir).

Ainda assim, a celebração de tão benfazeja data faz todo o sentido, ao percebermos que, apesar das dificuldades e inconvenientes desses dois anos de ensino remoto, e, demais atividades acadêmicas à distância, nossa produção se amplia e consolida o PPGDT. O programa vem formando, para além de mestrandos, profissionais qualificados, capazes de compreender, criticamente, os problemas e fortalezas, em seu entorno e no mundo, tornando-se sujeitos capazes de fazer a diferença e transformar vidas. Muitos de nossos egressos, em adição, já atuam ou lecionam em vários níveis educacionais, na área ou afins, ou mesmo seguem aprofundando seus conhecimentos em programas de doutorado de excelência.

A trajetória do PPGDT inicia-se a partir da junção de docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. A partir da experiência acumulada e da convergência de interesses, almejavam a criação de um programa multidisciplinar, plural e multicampi. Vinculado à grande área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia (PURD), tem como seus eixos epistemológicos as questões territoriais e as políticas públicas, em que o urbano, o rural e o regional delimitam os recortes espaciais das pesquisas desenvolvidas.

O foco do programa recai sobre as questões e demandas dos territórios de seu entorno imediato, mas não exclusivamente, e nos conflitos e relações desiguais entre o ambiente, a economia e a sociedade – os três pilares da sustentabilidade. Desde a primeira turma, em 2012, buscou-se ampliar as investigações e a produção intelectual, sempre de forma dialógica e interdisciplinar, sobre as temáticas relativas ao desenvolvimento dos territórios, em suas múltiplas dimensões: econômicas, sociais, político-institucionais, éticas, culturais, ambientais, tecnológicas e científicas. Desde sua criação, já foram titulados 92 Mestras e Mestres em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas.

Evidencia-se, aqui (creio que assim é mais para conclusão, mas não tem dados acima para afirmar isso), o caráter fundamental do Programa, a interdisciplinaridade, que também é base dos estudos urbanos e regionais, focados nos processos prospectivos e de planejamento. Os fundamentos e aportes teóricos das pesquisas, levadas a cabo no PPGDT, abrangem uma variada gama de temas e escalas, tendo a integração de docentes de áreas

as mais diversas, no âmbito da instituição, desde as Ciências Econômicas, Arquitetura e Urbanismo, passando pelo Turismo e Agronomia e abrangendo ainda História, Geografia, Ciências Jurídicas e Administração Pública e Empresarial. Fato este que se fortalece com o amálgama na composição do corpo docente com professores provenientes de Instituições parceiras, como EMBRAPA-Agrobiologia, EMBRAPA-Solos, UFF-Volta Redonda e IFRJ-Pinheiral, e de programas parceiros como o PPGCTIA - Programa de Pós-graduação Binacional em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária, onde co-atuam docentes do PPGDT e para onde vários de nossos egressos, desenvolvem o Doutorado .

A multidisciplinaridade é um dos trunfos do PPGDT, pela riqueza do debate e intercâmbios possíveis, cujas controvérsias e divergências de ideias e posicionamentos entre o(a)s docentes e pesquisadores envolvidos tornam-se, sem dúvida, necessárias ao debate acadêmico de qualidade.

O período de atuação remota não arrefeceu nossos ânimos. Ao contrário, docentes e discentes do programa superaram os desafios ao lidarem com tecnologias, as quais, até então, não dominavam. Assim, continuamos a promover, ainda que com limitações, a produção intelectual, que apresentamos nessa segunda produção coletiva do Programa (todas foram publicadas durante a pandemia?). Há que se registrar nosso reconhecimento aos docentes do Programa, que, em nenhum momento interromperam suas pesquisas, apoiando e sendo apoiados pelos discentes, em seu desenvolvimento acadêmico. Buscaram maximizar os instrumentos e meios disponibilizados pela UFRRJ, pelas redes sociais e canais gratuitos de difusão de informação, para mitigar os efeitos ao processo de aprendizagem, diante do necessário distanciamento social imposto pela pandemia sanitária da Covid 19. Reconhecemos também a garra demonstrada por nossos discentes, que mesmo diante de todos os desafios envolvidos nessa adaptação, persistiram em seus propósitos.

Nem mesmo o V Fórum do PPGDT - que corre anualmente para estimular a participação discente em eventos acadêmicos e para preparar os discentes concluintes para a defesa - e o I Seminário Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro, inicialmente planejados para ocorrerem presencialmente, nas instalações da UFRRJ, foram cancelados. Ao contrário, foram realizados em junho daquele ano, pioneiramente de forma totalmente remota, com financiamento da Fundação Carlos Chagas de Auxílio à Pesquisa - FAPERJ. Na sequência, em 2021, no mesmo formato virtual, ocorreu o VI Fórum do PPGDT. A partir da profícua experiência do V Fórum acima citado, em que debatemos por três dias as temáticas afins ao Programa, pudemos editar e publicar o E-book *Reflexões em Desenvolvimento Territorial: limites, vivências e políticas no Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro*, pela Editora Mórula naquele mesmo ano. No VI Fórum houve apresentações dos resultados das pesquisas e vários debates, proporcionados por convidados ilustres, que abrilhantaram o evento em seus três dias de realização. Desse evento resultaram as dissertações da Turma iniciada em 2019 e, várias publicações conjuntas entre discentes e

docentes em periódicos, qualificados pela área PURD da CAPES.

O presente livro, que está gratuitamente disponibilizado à comunidade acadêmica e ao público em geral, no formato E-Book, apresenta um panorama da atuação na pesquisa de nossos docentes e discentes e está estruturada em quatro partes. Importante salientar, que apesar de o PPGDT possuir uma única área de concentração – Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas – e duas linhas de pesquisa – (1) Desenvolvimento e Políticas Públicas e (2) Sustentabilidade e Territorialidades, a organização dos capítulos não segue esta ordenação. Priorizou-se agrupar os textos conforme as temáticas e escalas de abrangência, demonstrando e fortalecendo o caráter múltiplo, transversal e interdisciplinar das produções. Outro aspecto importante é a presença, em vários artigos, do trabalho colaborativo entre docentes e egressos do PPGDT e de pesquisadores vinculados ou não à instituição, que cooperam em redes de pesquisa, fortalecendo o debate transversal e plural da área PURD.

Assim, o livro está organizado em quatro partes que abarcam os interesses dos pesquisadores vinculados ao programa. A Parte I, intitulada *Desenvolvimento Territorial, Rural e Sustentabilidade*, integra questões e apontamentos conceituais relativos ao eixo estruturador do Programa. A Parte II, sob o título *Desenvolvimento Regional e Economia e Gestão*, envolve as pesquisas que discutem, na escala da economia regional, os impactos de ações e políticas em nível federal sobre os territórios. A Parte III - *Conflitos Socioambientais e Territoriais* - traz os resultados de investigações sobre interseccionalidades e segurança pública, questões ambientais e segurança ambiental de territórios disputados. A Parte IV, *Delimitações Regionais e Territoriais*, integra contribuições relacionadas aos recortes espaciais nas áreas do entorno dos *campi* da UFRRJ, que sofrem influência e são influenciadas mutuamente, enfatizando a cidade como polo de desenvolvimento com equilíbrio e justiça social.

A Parte I é iniciada pelo Capítulo 1 - *Desenvolvimento Territorial Sustentável: alguns apontamentos*, por Tatiana Cotta Gonçalves Pereira, que conceitua e problematiza a construção epistemológica do conceito de desenvolvimento territorial sustentável, tal qual desenvolvido em aulas da disciplina homônima ofertada pelo Programa. Unindo literatura consagrada a debates e pautas institucionais nas áreas do planejamento urbano e do urbanismo, o objetivo é trazer as noções chave de território e desenvolvimento sustentável, com as suas nuances, críticas e possibilidades; bem como traçar um panorama sobre como as questões urbanas e regionais se espacializam, trazendo conceitos como urbano, rural, metropolização, periferização e centralidades. Com essa abordagem, pretende-se que a concepção de desenvolvimento territorial sustentável construída auxilie na formulação, implementação e gestão de políticas públicas.

O Capítulo 2 - *Desenvolvimento territorial sustentável: uma análise comparativa entre experiências de Los Lagos-Chile, Imbabura-Ecuador e Baía da Ilha Grande-RJ Brasil*, elaborado a oito mãos por egressos, docentes e pesquisador externo ao Programa,

Jover Negrão, Lamounier Erthal Villela, Daniel Netto Francisco e Patrick Gomes, analisa as experiências interinstitucionais e internacionais tornadas possíveis pelo Programa Pró-Integração, da Capes, integrando a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a UFRRJ e Universidade Federal do Tocantins (UFT). Os estudos de caso focalizaram no Chile, Equador e em experiências realizadas pelo Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PEPEDT) que estuda os territórios componentes da Baía da Ilha Grande (BIG). Busca problematizar o desenvolvimento endógeno e local e refletir sobre como isso ocorre nas localidades, a partir da implementação de meios e instrumentos viáveis, tendo como base a participação social e a inclusão cidadã.

O último texto da Parte I, o Capítulo 3 - *O Desenvolvimento Rural no Estado do Rio de Janeiro a partir de uma Análise Multidimensional* - analisa e compara o processo de desenvolvimento rural no Estado a partir de indicadores multidimensionais de desenvolvimento rural, resgatando seus determinantes econômicos, sociais, históricos e geográficos. A abordagem do conceito ocorre de forma processual, considerando Fatores Condicionantes, Características e Resultados. Uma breve caracterização do Estado é apresentada e a metodologia de análise é multidimensional, a partir do ponto de vista do pesquisador sobre cada aspecto a considerar em dada realidade (demográfica, social, econômica, institucional, ambiental etc). A construção dos indicadores utilizou dados dos Censos Demográfico e Agropecuário do IBGE e no Ministério da Educação e a técnica estatística utilizada foi a análise fatorial e a de *cluster*. A análise apontou a existência de uma situação heterogênea em termos de desenvolvimento no espaço rural fluminense, havendo regiões onde o processo de desenvolvimento tem se mostrado virtuoso e associado à expansão do setor fabril e de serviços e outras situações em que o passivo dos ciclos do café e da cana levaram a situação oposta.

A Parte II integra quatro capítulos e é iniciada pelo Capítulo 4 - *Transformações socioeconômicas: desenvolvimento regional de uma microrregião no interior do Estado do Rio de Janeiro* -, por Caíque Giacomo Ragazzi e Marcio Silva Borges. O texto traz a análise realizada sobre os indicadores socioeconômicos dos municípios da microrregião de Três Rios, representados pelos municípios de Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul, Sapucaia e Três Rios no interior do Estado do Rio de Janeiro, entre 2004 a 2015, período de grande ocorrência de isenções fiscais para o estabelecimento de empreendimentos industriais. No entanto, as estratégias de desenvolvimento aplicadas geraram um aprofundamento das desigualdades espaciais. O caso do Centro-Sul Fluminense demonstra a ocorrência de um esvaziamento econômico como reflexo do modelo adotado, com indicadores de elevados níveis de pobreza, baixa dinâmica do poder estadual, apesar dos investimentos e incentivos fiscais no período.

O Capítulo 5 - *Subsídios À Inovação no Brasil: o perfil urbano-regional da subvenção econômica em empresas privadas entre 2010-2019*, por Aldenilson Costa, aborda a subvenção econômica à inovação realizada pela FINEP, um tipo de investimento financeiro

destinado a empresas e instituições com projetos de inovação, definido em áreas temáticas. Objetiva analisar o perfil urbano-regional dos projetos de subvenção econômica, reconhecendo o padrão espacial e questionando até que ponto o instrumento reforça a primazia de empresas localizadas em cidades de porte médio e metropolitanas das regiões Sudeste e Sul. A reflexão em torno da inovação destaca o papel exercido pelo Estado como promotor e financiador de atividades inovadoras, estimulando os setores mais dinâmicos da economia. Questiona-se ainda o porquê de tal concentração em detrimento de outras regiões, e aponta uma agenda no sentido de maior diversificação, a partir do investimento estatal multissetorial e descentralizado no conhecimento científico-tecnológico-informacional.

A temática do Capítulo 6 - *Da integração moderna às disputas na neoliberalização: Estado e território no Brasil por meio de seu Banco Nacional de Desenvolvimento* - de Carla Hirt em coautoria com Javier Ghibaudi, tem como objetivo a análise sobre as mudanças e permanências na ação do Estado sobre a acumulação de capital no Brasil e sua articulação territorial, tomando como estudo de caso o BNDES no período 2003-2015 e seus desdobramentos no período 2016-2019. Observa-se que apesar de possuir uma burocracia qualificada e de prestígio e de ter dobrado sua capacidade financeira, os recursos do Banco de 2003 a 2014 acompanharam a especialização regressiva dos anos 1990. Enquanto isso, mudanças significativas ocorreram em setores específicos: aumento do Investimento Público em infraestrutura; maior participação das PMEs por meio do cartão BNDES; e mudança no perfil das exportações a favor da América do Sul e da África de colonização portuguesa. Finaliza-se com a análise a partir de 2016, com a mudança de governo, quando diversas medidas do BNDES foram revertidas, destacando-se sua descapitalização e perda do poder de financiamento em mais de 50%, bem como a reorientação do Banco para uma atuação voltada ao dispêndio de recursos públicos para uma nova rodada de privatizações.

No Capítulo 7 - *Uma concepção sistêmica para o estudo de empreendimento autogestionário*, Susana Webering defende a importância de se compreender as especificidades e o diferencial do empreendimento autogestionário, respondendo a algumas das principais controvérsias desse modelo. Para isso, são revisadas algumas teorias de caráter sistêmico de modo a entender a evolução cooperativa: desde a perspectiva da teoria dos jogos, a teoria da elites e alguns estudos de ecologia organizacional. Por meio de um método interpretativo e reflexivo sobre essas teorias e pesquisas sobre o tema, busca-se compreender o fenômeno organizacional cooperativo e algumas de suas principais tensões ao se desenvolver: a perda da democracia e da qualidade da cooperatividade entre os membros, o consequente processo de degeneração. Empreendimentos autogestionários seguem uma dinâmica evolutiva com fortes tensões internas e externas, podendo evoluir de forma contraditória em relação aos princípios iniciais de cooperação e participação. Conhecer esse fenômeno é fundamental para a construção de boas práticas de governança

cooperativa, evitando o processo de degeneração.

Iniciando a Parte III, o Capítulo 8 - *“Sem açúcar e sem afeto”*: *Dinâmicas da violência contra a mulher na Região Metropolitana do Rio de Janeiro*, por Vinicius Ferreira Baptista, apresenta estudo analítico e descritivo sobre os contornos da violência contra a mulher na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) no período de 2014 a 2019 a partir de oito variáveis que delimitam a vítima, o agressor e a violência. Uma tabulação é construída a fim de ponderar o movimento da violência, tanto no contexto da RMRJ, bem como na escala municipal. Em linhas gerais, o movimento da violência na RMRJ é multifacetado e complexo, a depender de quais variáveis estejam em jogo. A metodologia parte de bancos de dados obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE e Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP). Enquanto que no primeiro, dispomos da razão de gênero via Censo 2010 para delimitar a RMRJ na composição de mulheres, no segundo dispomos do quantitativo de casos de violência contra a mulher entre 2014-2019.

O Capítulo 9 - *Qualidade das águas em áreas periurbanas: caso do rio Valão dos Bois em Seropédica-RJ*, por Adriana Schueler, Vinicius dos Santos e Décio Tubbs, aborda a carência ou inexistência de saneamento básico, nas cidades brasileiras, principalmente aquelas nas bordas das regiões metropolitanas. O foco recai sobre cidades periurbanas carentes de saneamento adequado, porém em locais mais densamente ocupados, onde lixo, água pluvial contaminada e esgoto sanitário chegam aos rios urbanos, impactando a qualidade das águas. O trabalho realizado apresenta o estado da qualidade da água do curso d'água Valão dos Bois, que atravessa a cidade de Seropédica, traçando um paralelo com o tipo de ocupação do solo presente. Foi realizado em três etapas: (i) seleção, coleta, armazenamento e análise de amostras de água de pontos diversos ao longo do córrego; (2) simulação computacional com posterior validação, das capacidades de autodepuração dos cursos d'água; (3) quantificação das vazões máximas e transporte de sedimentos observados nas contribuições das sub-bacias afluentes das sub-bacias hidrográficas de cada bairro em quatro cenários: o primeiro no estado de pré-desenvolvimento, o segundo no estado de desenvolvimento atual, o terceiro no estado de desenvolvimento previsto para o município.

O Capítulo 10 - *Expulsos do paraíso: a influência do capital turístico-imobiliário na produção do espaço em Angra dos Reis, RJ*, de Rita de Cássia Santos de Souza, Robson Dias da Silva e Ana Paula Dias Turetta discorre sobre a influência do capital turístico-imobiliário a partir da construção da Rodovia BR-101 (Rio-Santos) na produção do espaço em Angra dos Reis, tomando como exemplo a região do Bracuí, palco dos mais intensos conflitos por terra no Estado do Rio de Janeiro. A partir de levantamento bibliográfico, são contextualizadas as transformações socioespaciais e econômicas ocorridas a partir da abertura da Rodovia na década de 1970 e a conseqüente entrada do capital turístico-imobiliário na região. São descritos também os mecanismos que possibilitaram o estabelecimento do setor turístico e as mudanças de uso e ocupação do solo. Por fim, são problematizados os conflitos

fundiários na região do Bracuí e a desterritorialização camponesa, discutindo-se as marcas da desigualdade socioespacial na vida da população, sobretudo no aspecto fundiário. Como conclusão tem-se que a insegurança jurídica em relação à ocupação do solo urbano em Angra dos Reis acarreta um passivo de irregularidades urbanísticas e ambientais, além da precarização dos serviços públicos e ameaça aos territórios e práticas tradicionais.

A mesma temática do capítulo anterior, de segurança alimentar é tratada agora em meio urbano no Capítulo 11 - *A agricultura urbana no e do município do Rio de Janeiro: potencialidades e fragilidades*, escrito em coautoria por Caren Freitas de Lima, Cristhiane Amâncio, Felipe Jardim, Bruna Maria, Leonis Júnior Silva e João Pedro Ribeiro. A Agricultura Urbana (AU) como vem sendo apontada por Instituições Oficiais como pilar fundamental para a existência de sistemas alimentares mais sustentáveis. No Rio de Janeiro, pelo histórico rural, a zona oeste abarca a maioria deles, cumprindo um importante papel para a Segurança Alimentar e Nutricional, a Soberania Alimentar, a promoção de espaços verdes urbanos, a agrobiodiversidade e a geração de renda. No entanto, a realidade da AU é de fragilização pela falta de acesso às políticas públicas e pelas normativas que privilegiam outras economias, como a agricultura, principalmente, oriunda das camadas populares. Não é à toa que a expansão do capital imobiliário aconteça sob territórios agrícolas. Nesses termos, através de uma revisão bibliográfica e entrevista semi-estruturada de 19 iniciativas, totalizando 45 agricultores e agricultoras, o presente artigo elucida alguns resultados recentes sobre a realidade dos agricultores urbanos cariocas. O objetivo deste trabalho é agregar informações sobre as potencialidades e fragilidades da AU.

Chegando à Parte IV, que traz as últimas porém não menos relevantes contribuições deste livro, o Capítulo 12 - *Três histórias de chuvas na periferia: história e meio ambiente na Baixada Fluminense*, Lucia Silva apresenta um ensaio sobre três grandes eventos climáticos com chuvas torrenciais ocorridos em períodos históricos distintos. A autora investiga seus impactos a partir de fontes jornalísticas e bibliográficas, analisando seus significados e as práticas sociais e políticas advindas desses eventos. A partir do olhar historiográfico da autora, são resgatados os processos de saneamento da baixada pela Comissão de Melhoramentos, ocorridos no início do século XX, comparando as chuvas deste período com as de 1966 e 1988, e o papel do poder público na condução do planejamento e gestão, antes, durante e após os eventos.

O Capítulo 13 - *Coesão social e territorial no Oeste Metropolitano - ocupação, expansão e (des)estruturação sócio-espacial*, de Denise de Alcântara Pereira, propõe, na forma de ensaio, uma reflexão e problematização do fenômeno metropolitano, tendo como pano de fundo territórios do Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro. Sob uma perspectiva teórica, aborda conceitos como justiça ambiental, ecologia política e privilégio da violência, para compreender a forte pressão da expansão e industrialização com seus motores logísticos e econômicos, identificando atores envolvidos na produção do espaço e marcos legais de uso e ocupação do solo, como indutores da forma urbana caracterizada pelas

fragilidades ambientais, desigualdades sócio-espaciais e pobreza estrutural. Perpetua-se assim as relações de poder desiguais entre o global e o local nesses territórios periféricos historicamente servís e atrelados à periferização e às ocupações sub-humanas. Desenha-se, ao final, cenários de fragmentação, cisões e conflitos e caminhos possíveis de coesão territorial.

O Capítulo 14 - *O papel da extensão universitária junto às comunidades tradicionais: o caso da Baía da Ilha Grande no enfrentamento à pandemia do COVID-19*, Adriana dos Reis Monteiro e Diná Andrade Lima Ramos, objetiva analisar a atuação do Programa Universitário de extensão “Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial (PEPEDT)”, junto ao Colegiado do Território Rural da Baía da Ilha Grande (BIG), que articula atores e instituições, em apoio aos povos originários e comunidades tradicionais. A pandemia do Coronavírus (COVID-19), também considerada um desastre ambiental, tem imposto medidas restritivas ao mundo inteiro, sobre a circulação de pessoas e oferta de bens e serviços. Ainda assim, estes atores foram, de diferentes maneiras, expostos ao vírus. No território rural da BIG, diante da ineficácia das medidas de controle nacional da doença e o aumento quase contínuo do número de casos, as reuniões virtuais têm se constituído uma medida eficaz de proteção da população, inserção da produção local em mercados virtuais (e-commerce) e de troca de saberes. Presume-se que as atividades do PEPEDT promovem importantes redes de apoio aos povos originários e comunidades tradicionais no enfrentamento do problema durante e pós-COVID 19, pois, assessora as instituições locais para o exercício do controle social e para a construção coletiva de projetos relacionados ao desenvolvimento territorial. Os resultados validam o PEPEDT como agente de transformação e de mudança em nível local, multiplicando conhecimento e promovendo a gestão social e o desenvolvimento sustentável, ao aproximar pessoas e instituições, com uma abordagem compreensiva, empática e assertiva, subsidiando o planejamento territorial.

Fechando a quarta parte e a coletânea como um todo, o Capítulo 15 - *Cidade como alavanca do crescimento com igualdade*, apresenta o ensaio premiado pela CEPAL¹, de Robson Dias da Silva, propõe uma reflexão sobre as cidades e suas heterogeneidades estruturais e seu fundamental papel como motor de transformação e desenvolvimento equilibrado, considerando os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Resgatam-se alguns dos principais eventos econômicos nacionais e seus impactos sobre a evolução das cidades, pontuando-se com olhar otimista as transformações advindas da evolução tecnológica, técnica e capacidade produtiva concentrada principalmente nos centros urbanos, que se tornam condicionantes da política global. O autor propõe uma estratégia de desenvolvimento orientada pela cidade a partir de três eixos estruturantes: estímulo à

¹ Menção Honrosa no concurso ensaios Cepal e Valor Econômico sobre o Futuro com Crescimento e Igualdade no Brasil em comemoração aos 70 anos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe; publicado originalmente em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44524/1/S1900082_pt.pdf

(re)industrialização socialmente referendada; ampliação do mercado nacional consumidor e da oferta nacional; maior integração nacional sob a perspectiva policêntrica, conduzindo a um padrão de distribuição da população e crescimento mais equilibrado regionalmente, tendo as cidades como pólos de urbanização inclusiva e equitativa.

Desejamos uma boa leitura e que novos horizontes se abram para a ciência, o ensino, a pesquisa e a extensão relacionados ao desenvolvimento e o planejamento urbano e regional!

Diná Andrade Lima Ramos
Denise de Alcantara Pereira


SUMÁRIO

PARTE I – DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, RURAL E SUSTENTABILIDADE

CAPÍTULO 1..... 1

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: ALGUNS APONTAMENTOS

Tatiana Cotta Gonçalves Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214121>

CAPÍTULO 2..... 20


DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE EXPERIÊNCIAS DE LOS LAGOS-CHILE, IMBABURA-EQUADOR E BAÍA DA ILHA GRANDE-RJ BRASIL

Jover Mendes de Oliveira Negrão

Lamounier Erthal Villela

Daniel Neto Francisco

Patrick Gomes de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214122>

CAPÍTULO 3..... 45

O DESENVOLVIMENTO RURAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO A PARTIR DE UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL

Raquel Pereira de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214123>


PARTE II – DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ECONOMIA E GESTÃO

CAPÍTULO 4..... 72

TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS: DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE UMA MICRORREGIÃO NO INTERIOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Caique Giacomo Ragazzi


Marcio Silva Borges

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214124>

CAPÍTULO 5..... 97

SUBSÍDIOS À INOVAÇÃO NO BRASIL: O PERFIL URBANO-REGIONAL DA SUBVENÇÃO ECONÔMICA EM EMPRESAS PRIVADAS ENTRE 2010-2019

Aldenilson Costa


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214125>

CAPÍTULO 6..... 116

DA INTEGRAÇÃO MODERNA ÀS DISPUTAS NA NEOLIBERALIZAÇÃO: ESTADO E TERRITÓRIO NO BRASIL POR MEIO DE SEU BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Carla Hirt


Javier Walter Ghibaoudi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214126>

CAPÍTULO 7..... 135

UMA CONCEPÇÃO SISTÊMICA PARA O ESTUDO DE EMPREENHIMENTO
AUTOGESTIONÁRIO

Susana Iglesias Webering


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214127>

PARTE III – CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E TERRITORIAIS

CAPÍTULO 8..... 150

“SEM AÇÚCAR E SEM AFETO”: DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA
REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Vinicius Ferreira Baptista

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214128>

CAPÍTULO 9..... 167

QUALIDADE DAS ÁGUAS EM ÁREAS PERIURBANAS: CASO DO RIO VALÃO DOS BOIS
EM SEROPÉDICA-RJ

Adriana Schueler

Vinicius Perrut dos Santos

Decio Tubbs

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214129>

CAPÍTULO 10..... 177

EXPULSOS DO PARAÍSO: A INFLUÊNCIA DO CAPITAL TURÍSTICO-IMOBILIÁRIO NA
PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM ANGRA DOS REIS, RJ

Rita de Cássia Santos de Souza

Robson Dias da Silva

Ana Paula Dias Turetta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35222141210>

CAPÍTULO 11..... 203

A AGRICULTURA URBANA NO E DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO:
POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES

Caren Freitas de Lima

Cristhiane Amâncio

Felipe Jardim

Bruna Maria

Leonis Júnior Silva

João Pedro Ribeiro


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35222141211>

PARTE IV – DELIMITAÇÕES REGIONAIS E TERRITORIAIS

CAPÍTULO 12.....213

TRÊS HISTÓRIAS DE CHUVAS NA PERIFERIA: HISTÓRIA E MEIO AMBIENTE NA
BAIXADA FLUMINENSE


Lucia Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35222141212>

CAPÍTULO 13.....228

COESÃO TERRITORIAL NO OESTE METROPOLITANO: OCUPAÇÃO, EXPANSÃO E
(DES)ESTRUTURAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

Denise de Alcantara


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35222141213>

CAPÍTULO 14.....249

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, REDES SOCIAIS E ENCONTROS VIRTUAIS COM AS
COMUNIDADES LOCAIS: AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID-19
NO TERRITÓRIO DA BAÍA DA ILHA GRANDE, RJ

Adriana dos Reis Monteiro

Diná Andrade Lima Ramos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35222141214>

CAPÍTULO 15.....261

CIDADE COMO ALAVANCA DO CRESCIMENTO COM IGUALDADE

Robson Dias da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35222141215>

POSFÁCIO268

SOBRE OS/AS AUTORES/AS275

DA INTEGRAÇÃO MODERNA ÀS DISPUTAS NA NEOLIBERALIZAÇÃO: ESTADO E TERRITÓRIO NO BRASIL POR MEIO DE SEU BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Data de aceite: 02/05/2022

Carla Hirt

Javier Walter Ghibaudi

1 | INTRODUÇÃO

Em seus três séculos de formação colonial, o Brasil foi moldado pelo sentido da colonização: o fornecimento de produtos de interesse da acumulação mercantil europeia (Prado Jr., 2011). Este objetivo externo não integrou um território nacional nem reforçou a centralização do poder político. Mesmo após sua independência em 1822, consolidou-se uma organização territorial fragmentada em que suas várias elites locais se articulavam apenas para garantir suas produções primárias-exportadoras e cooperavam para a manutenção da escravidão, formalmente abolida apenas em 1888, apesar da pressão internacional (Porto-Gonçalves, 2006). Nesse sentido, reconhece-se que somente a partir de 1930, na chamada Era Vargas (1930-1964)¹, que há busca-se a formação de um Estado Nacional Moderno, visando criar normas, infraestrutura e instituições de caráter verdadeiramente

nacional em um país de dimensões continentais. É nesse período que o Brasil deixa de ser um país fundamentalmente rural para ser um país urbano e industrial, ao contrário de suas elites e em um movimento que, paradoxalmente, começou politicamente devido às resistências nas margens de seu território (Fausto, 1970; Demier, 2013). Isso acontece, não por acaso, no momento de crise do sistema capitalista internacional e quando se rompeu a tradicional inserção primária-exportadora brasileira.

A chamada “Revolução de 1930” deu início à acima referida Era Vargas, instaurando um regime no qual Getúlio Vargas usufruiu poderes quase ilimitados, e que ficou conhecido como o Estado Novo. Neste período, o Estado brasileiro tomou novos rumos e começou a levar a cabo políticas de modernização do país. Novos ministérios foram criados - como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde.

Inaugurou-se um período no qual a industrialização nacional passou a fazer parte da agenda governamental.

Bielschowsky (2000) situa as origens do desenvolvimentismo entre os anos de 1930 e 1944. Em um contexto de ataque ao livre-cambismo associado à defesa do protecionismo (desencadeados com a crise econômica), de

¹Apesar de a Era Vargas ter comumente associada aos períodos presidenciais formais entre os anos de 1930 e 1945, aqui adotaremos a proposição de Demier (2013), que propõe a delimitação da Era Vargas entre os anos de 1930 – 1964, em diálogo com o conceito de Bonapartismo tal qual foi desenvolvido por Marx, Engels, Trotsky e Gramsci, considerando a compreensão das relações entre classes sociais e Estado e a autonomização relativa do mesmo como características do período.

ataque ao liberalismo, de associação entre indústria e prosperidade/progresso, uma nova elite técnica, civil e militar se instalou nas instituições de orientação e controle implantadas pelo Estado. Quatro elementos ideológicos medulares passaram a se sobrepor ao ideário que vigorava até então: (i) entendimento de que era necessário implantar um setor industrial integrado, capaz de produzir insumos e bens de capital indispensáveis à produção de bens finais; (ii) necessidade de instituir um mecanismo de centralização de recursos financeiros capazes de viabilizar a acumulação industrial pretendida; (iii) a ideia de intervenção estatal em apoio à iniciativa privada ganha maior legitimação entre as elites empresariais, assim como manifestações favoráveis ao planejamento; (iv) nacionalismo econômico, com o crescimento do anti-imperialismo clássico, de defesa de barreiras alfandegárias e do controle nacional sobre os recursos naturais. A industrialização seria, segundo o ideário desenvolvimentista, a via da superação da pobreza e do subdesenvolvimento. Mas o país não conseguiria industrializar-se somente por meio dos impulsos do mercado, dependendo também da intervenção do Estado (intervencionismo). O planejamento estatal definiria a expansão dos setores econômicos e quais seriam os instrumentos necessários para isso. Portanto, a participação do Estado na economia seria benéfica, captaria recursos e os investiria onde a iniciativa privada se mostrava incapaz de atender às necessidades do desenvolvimento (Bielchowsky, 2000). Ou seja, o planejamento estatal teria a função técnica de alocação dos recursos, com uma suposta neutralidade.

Na década de 1930 são criadas as Leis nacionais para regular desde os recursos naturais até as relações de trabalho com a Consolidação da Legislação Trabalhista (CLT), que criou um mercado de trabalho capitalista reconhecendo os direitos trabalhistas e estruturando as instâncias de negociação sindical e patronal. No pós-guerra, em particular, acelera-se uma ação estatal de industrialização orientada pelo planejamento, criando uma série de empresas públicas e de infraestrutura que permitiriam uma maior capacidade de poder estatal no vasto território, o que autores como Mann chamam, justamente, de uma maior poder infraestrutural (Mann, 2006). Assim, na década de 1950, foram criadas as empresas estatais de petróleo –Petrobrás–, as mineradoras da Vale do Rio Doce e o então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

Neste artigo nos interessa tomar como estudo de caso o atual BNDES, questionando quais as principais mudanças e permanências em sua ação para promover a acumulação de capital no Brasil e suas formas de articulação territorial. Nosso recorte centra-se no período 2003-2015, englobando os três primeiros governos nacionais do Partido dos Trabalhadores (PT) e seu discurso de um “novo” ou “social” desenvolvimentismo. Propomos observar, complementarmente, as duplicações e contrastes com a situação do período 2016-2019. É um recorte temporal que tenta captar, por um lado, o discurso e a ação concreta do Estado no momento em que se anunciava publicamente um retorno aos valores desenvolvimentistas dos anos 1950, no sentido de uma recuperação do poder de decisão do Estado na dinâmica econômica e territorial em contraposição ao discurso explicitamente

neoliberal dos anos 1990. Por outro lado, é uma reflexão crítica que dialoga com os autores que enfatizam a continuidade do processo de neoliberalização nas primeiras décadas do século 21 (Brenner et al. 2010; Fernández, 2016).

Nosso principal objetivo é analisar as mudanças e permanências da ação estatal sobre a acumulação de capital no Brasil e sua articulação territorial, tomando o BNDES como um estudo de caso. Os objetivos específicos são investigar e analisar as normas e recursos financeiros específicos executados pelo Banco, observando sua distribuição por setores produtivos, grupos empresariais beneficiados e articulações territoriais. Também é interessante observar a relação dessa ação com outras políticas governamentais importantes no período, como o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - e sua articulação com outras diretrizes governamentais, como o incentivo à cooperação com os países do Sul - fundamentalmente América do Sul e África.

O método de pesquisa envolveu a discussão da bibliografia sobre o assunto e a análise de estatísticas operacionais do BNDES, documentos com diretrizes, balanços e relatórios anuais do BNDES, além de entrevistas com seus funcionários e dirigentes. Dessa forma, este artigo atualiza e amplia questões e informações de um amplo trabalho de pesquisa coletiva desenvolvida entre 2012 e 2018², e discussões de encontros e discussões mais recentes (Ghibaudi et al., 2021 e Werner e Hirt, 2021). Procurou-se também ver a ação da burocracia estatal concreta em sua inter-relação com agentes e grupos privados, entendendo o Estado como a arena e condensação das relações de classe e frações de classe em conflito e alianças (Poulantzas, 2005). Na mesma linha, consideramos reflexões sobre o caráter público e privado das relações financeiras modernas, bem demonstrado pelo antropólogo Hart (1986).

Este artigo está dividido em 4 seções, incluindo esta Introdução. Na segunda seção estudamos o BNDES no período 2003-2014, na terceira tratamos de sua situação mais recente entre 2016-2019 e na última apresentamos nossas considerações finais.

2 | A ESTRATÉGIA DE CONGLOMERAÇÃO DO BNDES NOS GOVERNOS DO PT (2003-2015): A MANUTENÇÃO DO PADRÃO DE ACUMULAÇÃO PRÉ-EXISTENTE E MUDANÇAS RESTRITAS.

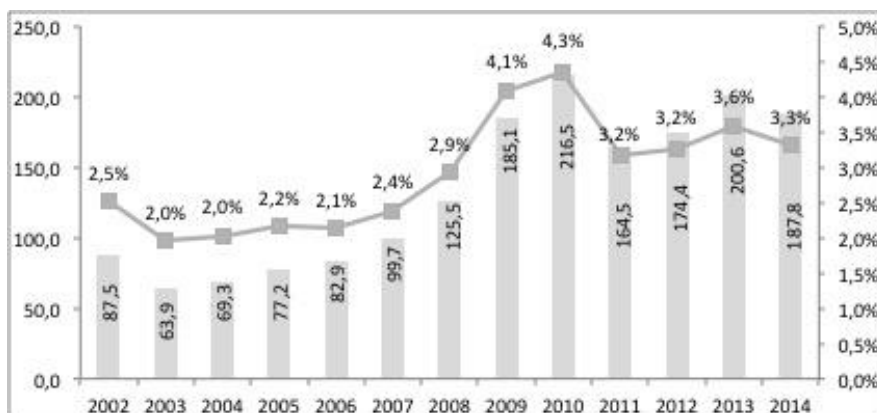
Tomando como base para esta seção o que foi desenvolvido em publicações anteriores (Vainer e Vieira, 2017) (Hirt, 2019) (Ghibaudi e Werner, 2019) (Ghibaudi et al., 2021) podemos destacar que nos três governos do PT (2003- 2006; 2007-2010; 2011-2014), o BNDES estava estruturando uma estratégia de apoio à formação de grandes grupos público-privados. Segundo seus defensores, tal diretriz partia do entendimento de que seria

²Este amplo trabalho de pesquisa foi realizado por meio de programas de Pesquisas intitulados “BNDES, financiamento público e capital privado: Dimensões políticas, institucionais, socioeconômicas e territoriais” e “BNDES: grupos econômicos, setor público e sociedade civil no contexto nacional e internacional”, realizados em diferentes eixos analíticos por Carla Hirt, Deborah Werner, Flávia Braga Vieira, Igor Latuf, Javier Ghibaudi, Luis Novoa, estes programas de pesquisa foram coordenados pelo Professor Carlos B. Vainer,

por meio de um processo de conglomeração que o Brasil iria completar seu processo de *industrialização tardia*, tomando como modelo a experiência de desenvolvimento alemão e sul-coreano e a partir da análise de referências desenvolvimentistas como Maria Conceição Tavares. Foi durante a gestão de Luciano Coutinho (2007-2016) - o mandato mais longo da história do Banco até o momento - que o BNDES tentou implementar essa diretriz.

Conforme enfatizamos em trabalhos precedentes (Ghibaudi, 2017) (Hirt, 2019) no contexto da rearticulação política interna diante da crise por escândalos de corrupção em 2005-2006, e principalmente com o surgimento da crise internacional em 2008, o BNDES foi o protagonista da gestão e dos recursos de uma política econômica que pretendia apoiar o investimento através de uma maior presença direta do Estado - via empresas públicas -, associada a grandes grupos privados - via grandes projetos que associavam empresas públicas e privadas e fundos de bancos públicos e paraestatais (fundos de pensão para trabalhadores de empresas públicas) - e até reforçando recursos públicos em grupos privados pré-existent.

Seu volume de empréstimos, a preços constantes de 2014, dobrou entre 2007 e 2010 e atingiu quase 170 bilhões de reais correntes naquele ano (cerca de 85 bilhões de dólares), dobrando também sua participação em relação ao PIB do país (de 2% do PIB em 2003 para 4,3% em 2010) como pode ser visto na figura 1. Em relação ao financiamento por meio da compra de ações por meio do fundo BNDESPar, o valor de suas participações passou de 25.000 milhões de reais em 2007 para mais de 100.000 milhões de reais (50.000 milhões de dólares) em 2012.



* Valores deflacionados por índice IGP-DI, ano referência 2014.

Gráfico 1. República Federativa do Brasil. Empréstimos anuais pagos pelo BNDES (em R \$ bilhões em 2014 * e em% do PIB), 2002-2014

Fonte: Elaboração própria com base em estatísticas operacionais do BNDES e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Esse protagonismo se deu pela forte capitalização do Banco com recursos diretos do Tesouro Nacional que se somaram e superaram em termos relativos às suas fontes tradicionais baseadas nos impostos sobre as relações salariais. Esta modificação, aliás, foi particularmente criticada por setores ortodoxos ligados a bancos privados com articulação multinacional - principalmente o grupo ITAÚ-BBVA - por permitir, sem mediação parlamentar, um aumento significativo da importância da banca pública no setor financeiro nacional (Torres Filho e Da Costa, 2012).

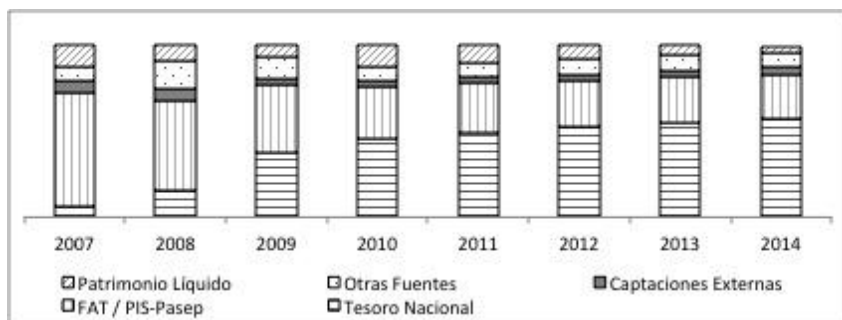


Gráfico 2. República Federativa do Brasil. Ativos do BNDES por fonte de recursos em percentual. 2007-2014

Fonte: Elaboração própria com base nos relatórios anuais do BNDES 2007-2014.

Essa maior capacidade financeira do BNDES também está relacionada ao fato de ele ser o gestor do então principal programa do Poder Executivo Federal de fomento aos Investimentos no Brasil, o chamado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) lançado formalmente em 2006.

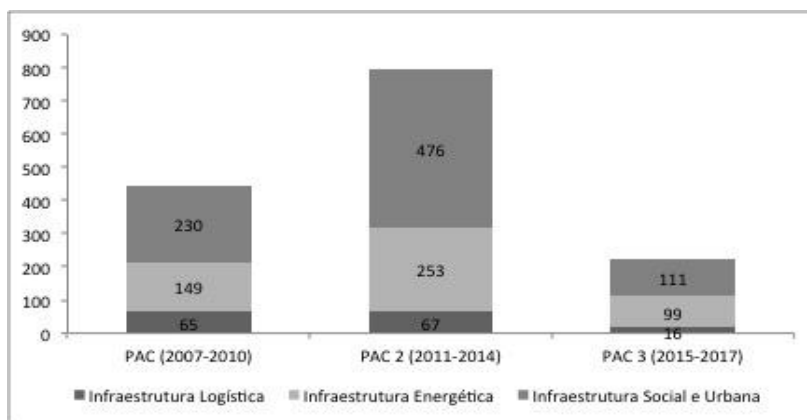
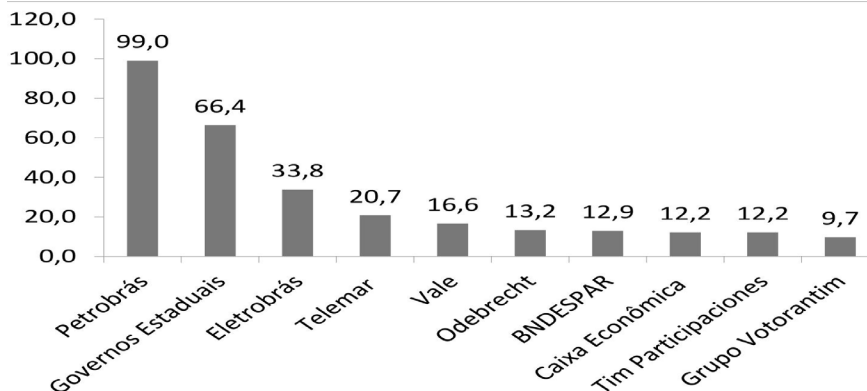


Gráfico 3. República Federativa do Brasil. Investimentos concluídos no PAC (valores em R\$ bilhões, valores atuais). 2007-2017.

Fonte: Elaboração própria com base em BRASIL, 2012, 2014 e 2018.

Apesar desse maior poder financeiro e acionário, se observa no destino dos recursos a permanência do padrão regressivo de especialização baseado em *commodities* industriais, estabelecido principalmente na década de 1990 na economia brasileira, (Ghibaudi, Lavarello e García, 2018). O Banco tem beneficiado as atividades intensivas em recursos naturais - tendência especialmente nítida desde 2009 como uma intervenção face à crise internacional. São esses os setores que o BNDES deu suporte com o destino de parte significativa da infraestrutura construída no período - principalmente energia e transportes - e que desde 2009 ultrapassam 35% dos empréstimos. Também relevante é o setor de insumos básicos - petróleo, petroquímica, papel e celulose, cimento e siderurgia - que em 2009 e 2010 superou 25% dos empréstimos. Por sua vez, o setor da indústria de transformação mostra uma perda de participação relativa: cai para menos de 20% dos financiamentos, embora dentro dele os setores de alimentos e bebidas ganhem relevância. Ou seja, as atividades mais beneficiadas pelo BNDES corresponderam às *commodities* industriais (Medeiros, 2015) e seus investimentos associados -infraestrutura-, que, somadas às *commodities* agrícolas (que o Banco não financia de forma significativa), representam os setores produtivos privilegiados no padrão de crescimento do Brasil durante as décadas de 2000 e 2010, seguindo o padrão regressivo de especialização que se consolidou no Brasil e na América do Sul em geral na década de 1990.

Podemos observar também o campo de relações de agentes públicos e privados envolvidos na atuação do Banco. No período 2002-2014, é significativa a presença de financiamentos a órgãos da administração pública (governos estaduais e municipais) com 66,4 bilhões de reais (preços de 2014, equivalentes a mais de 30 bilhões de dólares) associados ao PAC. Da mesma forma, as empresas públicas (Petrobras, Eletrobras e outros agentes do Banco Público) se destacam com mais de 135 bilhões de reais em financiamentos, em projetos relacionados à exploração das reservas do Pré-Sal e à expansão do setor elétrico. Entre os beneficiários dos empréstimos, destacam-se também os grandes grupos privados com apoio estatal configurados a partir dos processos de privatização da década de 1990: a mineradora Vale do Rio Doce –16,6 bilhões de reais– e a telefônica Telemar –20,7 bilhões de reais .



* Calculado pela participação dos diferentes grupos econômicos nos projetos financiados.

** Valores deflacionados pelo índice IGP-DI, ano de referência 2014

Gráfico 4. República Federativa do Brasil. Empréstimos do BNDES. 40 principais operações contratadas, principais grupos beneficiários *. 2002-2014 (em R \$ bilhões de 2014) **

Fonte: Elaboração própria com base em operações diretas do BNDES 2002-2014.

Os empréstimos do BNDES no período também refletem uma relativa continuidade na distribuição regional dos recursos do Banco. Uma mudança, porém, é a perda de importância relativa das indústrias da região Sul, em favor do Sudeste, e o crescimento da região Norte, que está relacionado aos megaprojetos de hidrelétricas.

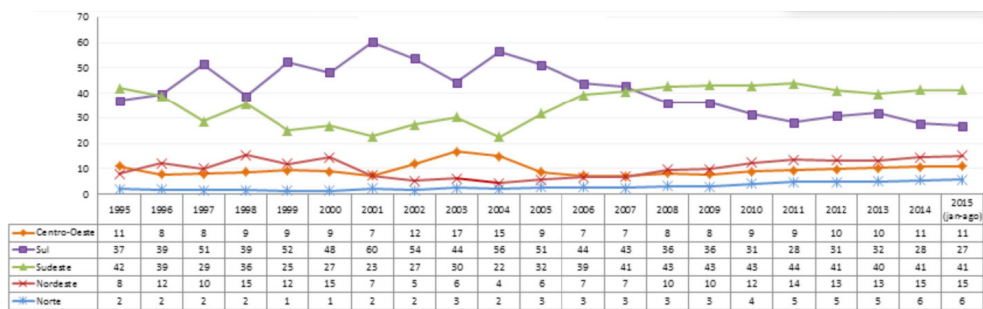


Gráfico 5. República Federativa do Brasil. Distribuição regional dos empréstimos bancários indiretos do BNDES em %. 1995-2015

Fonte: Elaboração própria com base nos relatórios anuais do BNDES 1995-2015.

Duas novas políticas do BNDES no período tiveram sucesso em fazer mudanças, embora limitadas, dentro do perfil de empréstimo predominante do Banco. Por um lado, a criação do Cartão BNDES permitiu maior acesso às Pequenas e Médias Empresas (PMEs), com ampla disseminação territorial. Esta ação envolve a concessão de crédito rotativo por meio de cartão de crédito para PMEs, com taxa de juros subsidiada, e para seus gastos

com fornecedores de bens e serviços nacionais previamente cadastrados no BNDES. Essa mudança se reflete, sobretudo, no número de operações via Cartão BNDES conforme demonstrado no gráfico 6 e na maior participação relativa, embora sempre minoritária em termos de volume de recursos mobilizados, do segmento de PMEs – gráficos 7 e 8.

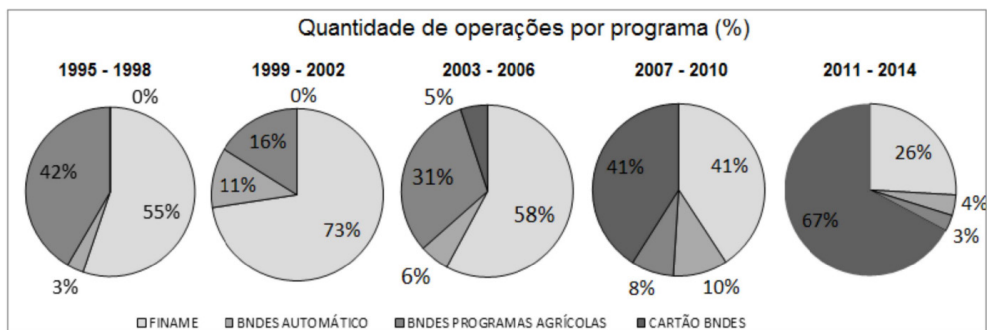
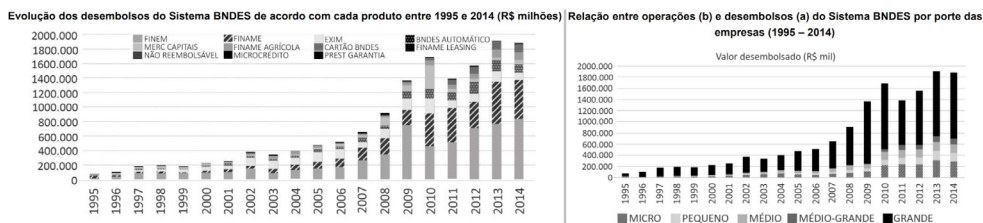


Gráfico 6. República Federativa do Brasil. Quantidade de operações por linha de financiamento indireto do BNDES. 1995-2015

Fonte: Elaboração própria com base nos relatórios anuais do BNDES 1995-2015.

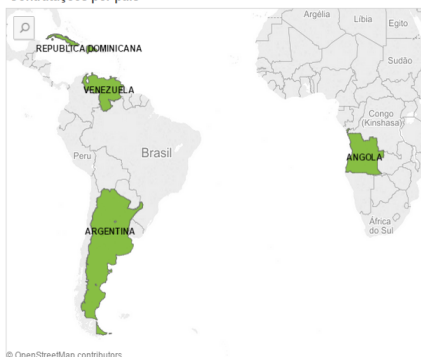


Gráficos 7 e 8 . Relação entre as operações do Sistema BNDES e os desembolsos por porte da empresa (1995 – 2014)

Fonte: Elaboração própria com base nos relatórios anuais do BNDES 1995-2015.

Por outro lado, os programas de financiamento às exportações passaram a privilegiar setores de maior valor agregado, como transporte de bens e serviços de engenharia civil, com destaque para os países priorizados pela diplomacia brasileira no período, sobretudo países da América do Sul e países de colonização africana.

Contratações por país



TOTAL DE RECURSOS E DE OPERAÇÕES PARA CADA EMPRESA SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO DA OPERAÇÃO

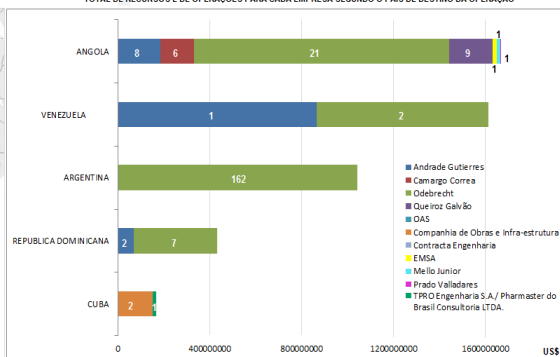


Gráfico 9. República Federativa do Brasil. Financiamento para exportação de serviços de engenharia. 2007-2010 (número de operações e recursos em US \$ por país)

Fonte: Elaboração própria com base nos relatórios anuais do BNDES 2007-2010

Contratações por país

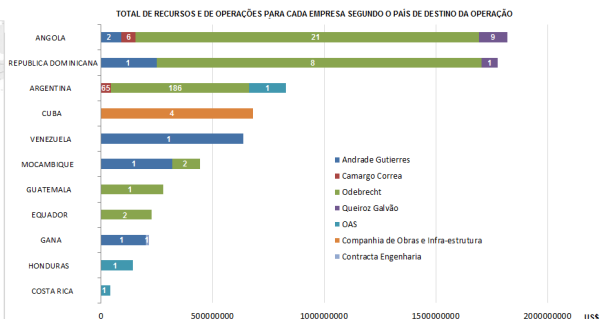


Gráfico 10. República Federativa do Brasil. Financiamento para exportação de serviços de engenharia. 2011 - 05/2015 (número de operações e recursos em US \$ por país)

Fonte: Elaboração própria com base nos relatórios anuais do BNDES 2010-2015.

31 O BNDES EM UMA AGENDA DE DESMANTELAMENTO ESTATAL: NEOLIBERALIZAÇÃO EXACERBADA NA CONJUNTURA RECENTE (2016-2019)

Conforme enfatizamos em artigos anteriores (Ghibaudi e Werner, 2019) (Werner e Hirt, 2021) se os governos Lula, e principalmente os governos Dilma Rousseff, mantiveram os princípios de ajuste fiscal e abertura financeira, estes foram claramente ampliados no governo constituído com o golpe institucional de 2016, incorporando outros princípios re-regulatórios característicos da agenda neoliberal mais agressiva dos anos 1990. Assim, foi introduzida uma emenda constitucional para congelar os gastos públicos não financeiros por 20 anos – EC 95 / 2016–; se flexibilizou significativamente o mercado de trabalho mediante uma polêmica reforma trabalhista e; intensificaram-se as pressões para a realização de uma drástica reformulação do sistema de aposentadoria (Gentil; Puty, 2017), que foi aprovada em 2019.

Neste contexto, ademais, a privatização de bens públicos foi novamente promovida

de forma explícita, recriando o Plano Nacional de Desestatização (PND) dos anos 1990, agora batizado de Programa Associações de Investimento -PPI- e tendo novamente como promotor, gestor e financiador ao BNDES (lei 13.334 de 2016). O Banco, de fato, passou a ocupar a função de estruturar e financiar projetos de privatização com recursos públicos, recriando e ganhando um lugar privilegiado em sua estrutura, uma área dedicada a essa função que “protagonizou” a atuação do Banco nos anos 1990 (Vainer e Vieira, 2017). Sob a diretriz da austeridade fiscal, e conforme revelado por documentos públicos e entrevistas com quadros do BNDES, os princípios de atuação do Banco na área de infraestrutura econômica e social tiveram como premissa a escassez de recursos para a gestão pública e a tentativa de substituí-los por privatizações e parcerias público-privadas – PPP –, onde se esperava que o BNDES formulasse os projetos, seu marco regulatório e seus financiamentos. Dessa forma, instrumentos já existentes, mas não tão desenvolvidos na gestão anterior – como as PPP e incentivos a debêntures - foram potencializados e, por outro lado, as privatizações voltaram a ser um objetivo fundamental do Banco, como na década de 1990.

Desta forma, é possível afirmar que o BNDES não é somente um financiador de projetos. A instituição tem atuado enquanto estruturador de modelos de gestão e oferta de serviços. Tal aspecto se evidencia a partir dos posicionamentos institucionais veiculados em documentos e canais de comunicação oficiais do Banco, bem como em declarações públicas de seus dirigentes. O Banco tem incentivado e dado suporte também para a realização de estudos para proposição de arranjos institucionais que promovam a atuação da iniciativa privada nos serviços e equipamentos públicos, visando a replicação dos modelos. Além disso, o BNDES também atua em demandas específicas do executivo federal para a implementação de políticas públicas.

Como já mencionado, o banco tem constituído um corpo técnico e uma área interna voltados para o processo de desestatização. A atuação voltada à ampliação da participação privada nos serviços e equipamentos públicos aparece como uma nova fronteira de acumulação privada sob a retórica da falta de recursos ou ineficiência da gestão pública. O BNDES passa a agir como estruturador dos projetos de concessão e privatização, papel prioritário na agenda e na atuação da instituição partir de 2016, e que coaduna com as alterações legais e constitucionais que ampliam a participação privada no saneamento básico no Brasil, compreendidas à luz das reestruturações regulatórias orientadas pelos processos de neoliberalização. Uma série de medidas e de difusão de discursos têm demarcado esse redirecionamento do Banco – que deixa de ser um Banco público de fomento para investimentos produtivos e se volta ao papel de desestatização guiado pelos interesses de curto-prazismo do mercado. Assim, o BNDES se furta de planejar no médio e no longo prazo setores da economia e também seus rebatimentos territoriais – passando a planejar a entrega dos mesmos (economia e território) aos interesses de entes privados sem compromissos para além dos acionistas

que, diga-se de passagem, grosso modo não fazem muita questão de saber como os fluxos dos seus investimentos vão repercutir nos territórios no que respeito às vidas das pessoas. Como já apontado em trabalhos anteriores (Werner e Hirt, 2021), com o estabelecimento do Programa de Parcerias para Investimentos (PPI – Lei 13.334/2016), do Governo Federal, o banco se tornou condutor dos processos de concessão e outras formas de desestatização de ativos. No âmbito da carteira do PPI, na primeira fase do programa, o BNDES priorizou o setor de saneamento sob a justificativa do déficit do país na prestação do serviço, com impactos na “saúde, qualidade de vida, na produtividade na educação e no trabalho, no meio ambiente e na geração de renda e empregos” (BNDES, 2016a). Em 2017, Luciene Machado, Superintendente da Área de Saneamento e Transporte do BNDES, afirmou, em ocasião do 15º Fórum Latino Americano Brasileiro de Liderança Estratégica em Infraestrutura, que novos investimentos em infraestrutura dependem da realização de novos leilões e concessões, “agenda em que o BNDES pode ter um papel importante como estruturador de projetos (Agência BNDES de Notícias, 2018).

Assim, a atuação do banco na estruturação de projetos identifica oportunidades para a iniciativa privada, de modo a conduzir o processo desde a fase de estudos e modelagem, até a assinatura do contrato de concessão entre os governos estaduais e as concessionárias. Maria Silvia Bastos, presidente do banco entre junho de 2016 a maio de 2017, foi a primeira a tomar a iniciativa, seguida pelos presidentes que a sucederam, de realizar um conjunto de estudos visando estruturar projetos de desestatização. Foi o caso, por exemplo, da Convocação Pública BNDES/FEP Pró-Estruturação de Projetos nº 01/2016 — Saneamento Básico, cujo objetivo foi selecionar e financiar, de forma não reembolsável, estudos técnicos independentes, para a estruturação de projetos de parcerias com a iniciativa privada, relativos a serviços públicos de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário (BNDES, 2016b).

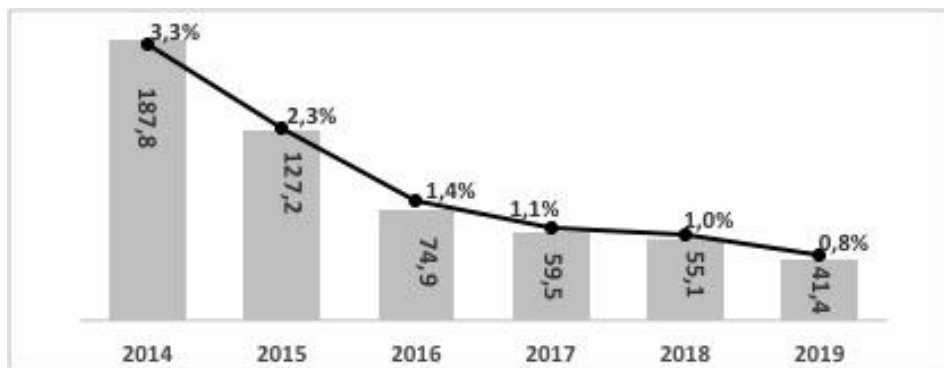
Em 2019, o BNDES, sob a presidência de Gustavo Montezano, promoveu o evento “BNDES com ‘S’ de Social e de Saneamento”, em que apresentou os “modelos de negócios” para Alagoas (CASAL), Rio de Janeiro (CEDAE), Amapá (DEPASA) e Acre (CAESA), cuja ênfase estava na promoção da desestatização por meio de concessões e atração de investidores institucionais. De acordo com Paulo Guedes, Ministro da Economia, a missão do BNDES é priorizar o saneamento (“S de saneamento”), por meio da coordenação dos investimentos em saneamento, a serem realizados pelo setor privado. Para tanto, é requerida a mudança dos marcos regulatórios para atrair o capital privado, inclusive internacional (BNDES, 2016) (Werner e Hirt, 2021).

No que se refere à capacidade institucional do Banco, ao passo que Luciano Coutinho teve o mandato mais longo da história da instituição, após sua saída foram 5 presidentes sucedidos em menos de 3 anos (três no governo Temer e dois no governo Bolsonaro – até o momento). Neste último governo, ademais, procurou-se questionar publicamente a idoneidade do, até então, muito respeitado e bem conceituado corpo burocrático do

Banco. Bolsonaro, quando presidenciável em campanha, e mesmo depois de eleito, crescentemente mobilizou forças para desmoralizar o Banco, falando da necessidade de “abrir a caixa preta do BNDES”. Em termos financeiros, a política de capitalização do Banco levada a cabo pelos governos do PT foi profunda e intensamente revertida. Trata-se da devolução de recursos ao Tesouro Nacional de mais de R\$ 360 bilhões entre 2016 e o primeiro semestre de 2019, sendo que o Tesouro Nacional contribuiu com R\$ 416,1 bilhões entre 2008 e 2014.

Além disso, todas as ações do BNDES aparecem claramente limitadas em comparação com a recente adoção de uma nova política de taxas de juros, que substituiu a Taxa de Juros de Longo Prazo administrada - a TJLP - que era definida pelas autoridades econômicas, por um Taxa de Longo Prazo – TLP – conformada com parâmetros do mercado financeiro, elevando seus custos e perdendo o poder de atração e seleção dos projetos para Banco³.

Esse enfraquecimento financeiro e institucional refletiu-se em seus resultados operacionais. Os desembolsos gerais em 2019 foram reduzidos a um terço do que eram em 2014 em valores correntes, e a menos de um quarto se considerada a inflação, processo que se intensifica a cada ano.



* Valores deflacionados pelo índice IGP-DI, ano de referência 2014.

Gráfico 11. República Federativa do Brasil. Empréstimos anuais pagos pelo BNDES (em R \$ bilhões em 2014 * e em% do PIB), 2014-2019

Fonte: Elaboração própria com base em estatísticas operacionais do BNDES e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em uma perspectiva temporal mais ampla, é perceptível a fragilidade do mesmo inclusive em comparação com a segunda metade da década de 1990, marcada pela chamada onda neoliberal - em que vários países, inclusive o Brasil, se orientam de acordo

3 Para aprofundar este debate: Pereira, T. R., & Miterhof, M. T. (2018). O Papel do BNDES e o financiamento do desenvolvimento: considerações sobre a antecipação dos empréstimos do Tesouro Nacional e a criação da TLP. *Economia e Sociedade*, 27(3), 875-908. <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2018v27n3art7>.

com os pressupostos difundidos pelo chamado “Consenso de Washington” (1989), em troca de auxílio financeiro por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI). Seguindo a premissa do Estado mínimo, o Consenso preconizava a abertura comercial e financeira, elevadas taxas de juros, superávit primário e privatizações dos serviços, equipamentos e empresas públicas. Tratava-se de um conjunto de orientações ortodoxas de estabilização monetária e de reformas estruturais e/ou institucionais. O discurso difundido era a respeito da necessidade de substituir as “políticas e instituições ruins” pelas “boas políticas e boas instituições” para alcançar uma trajetória de crescimento e desenvolvimento (Chang, 2004).

Neste contexto, a partir da década de 1990, políticas de orientação neoliberal foram sobrepostas ao modelo desenvolvimentista brasileiro através de reestruturações institucionais e novos marcos regulatórios pró-mercado. Tais políticas podem ser entendidas como um reescalamento da ação estatal e pela constituição de novos espaços de Estado decorrentes do processo de neoliberalização (Brenner, 2004; Brenner, Peck & Theodore, 2012).

Na Tabela 1 e no Gráfico 12 que seguem é possível observar como o cenário atual se assemelha, mas além disso, agudiza a reorientação e o redimensionamento do BNDES em comparação com o contexto de inflexão neoliberal dos anos 1990.

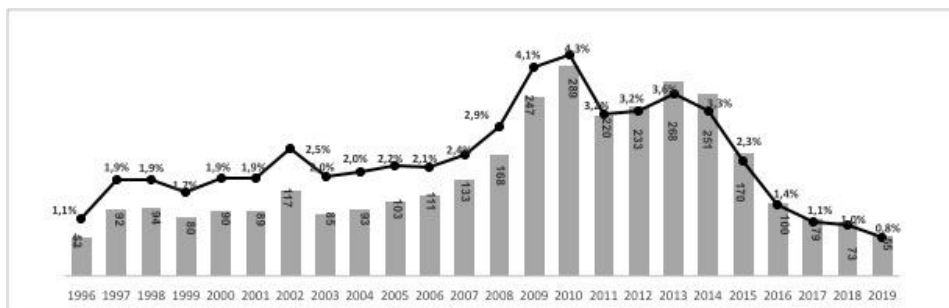
Ano	Desembolsos	% do PIB
1996	53,7	1,1%
1997	92,0	1,9%
1998	94,0	1,9%
1999	80,3	1,7%
2000	90,1	1,9%
2001	89,3	1,9%
2002	116,8	2,5%
2003	85,2	2,0%
2004	92,5	2,0%
2005	103,0	2,2%
2006	110,6	2,1%
2007	133,1	2,4%
2008	167,5	2,9%
2009	247,0	4,1%
2010	288,9	4,3%
2011	219,5	3,2%
2012	232,7	3,2%
2013	267,7	3,6%
2014	250,7	3,3%
2015	169,7	2,3%

2016	100,0	1,4%
2017	79,4	1,1%
2018	73,5	1,0%
2019	55,3	0,8%

* Valores deflacionados pelo IGP-DI, ano de referência 2019.

Tabela 1. República Federativa do Brasil. Empréstimos anuais pagos pelo BNDES (em R \$ bilhões em 2019 * e em% do PIB), 1996-2019

Fonte: Elaboração própria com base em estatísticas operacionais do BNDES e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



* Valores deflacionados pelo IGP-DI, ano de referência 2019.

Gráfico 12. República Federativa do Brasil. Empréstimos anuais pagos pelo BNDES (em R \$ bilhões em 2019 * e em% do PIB), 1996-2019

Fonte: Elaboração própria com base em estatísticas operacionais do BNDES e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Além disso, é importante destacar que a redução dos recursos ocorreu sobretudo nos setores industrial e de infraestrutura, fato particularmente significativo para um Banco de Desenvolvimento. De fato, o setor industrial passa de representar cerca de 27% dos empréstimos pagos em 2014 para apenas 16% em 2019, enquanto o setor primário da Agropecuária passa de 9% em 2015 para 29% em 2019 - proporção inédita na história do BNDES .

	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Agropecuária	16,8	13,7	13,9	14,4	14,7	15,9
Indústria	50,1	36,9	30,1	15,0	12,3	8,8
Infraestrutura	69,0	54,9	25,9	26,9	30,4	24,4
Serviços	52,0	30,5	18,3	14,5	11,9	6,2
	187,8	135,9	88,3	70,8	69,3	55,3

Tabela 2 - República Federativa do Brasil. Empréstimos anuais pagos pelo BNDES (em R \$ um bilhão a preços correntes), 2014-2019

Fonte: Elaboração própria com base nas estatísticas operacionais do BNDES

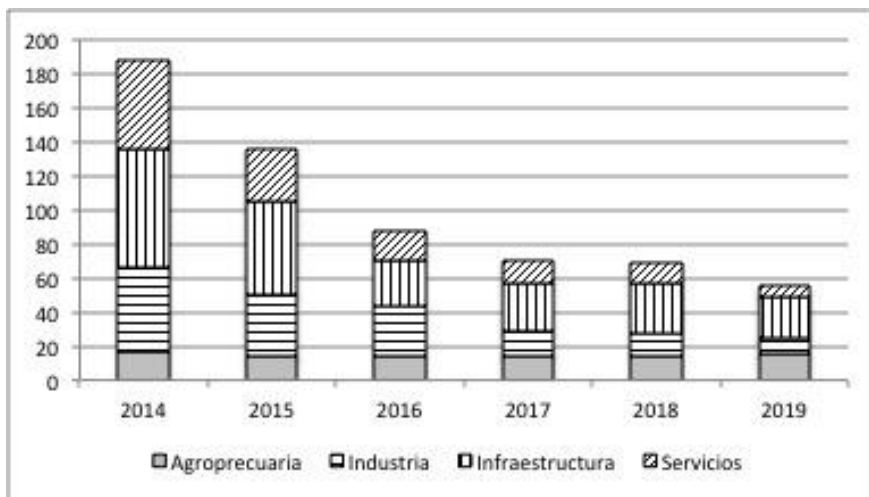


Gráfico 13 - República Federativa do Brasil. Empréstimos anuais pagos pelo BNDES (em R\$ bilhão a preços correntes), 2014-2019.

Fonte: Elaboração própria com base nas estatísticas operacionais do BNDES

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os principais resultados da pesquisa mostram, por um lado, as continuidades nas formas de acumulação de capital no Brasil com apoio estatal e do BNDES em particular. Apesar de possuir uma tecnoburocracia qualificada e prestigiosa, um discurso de mudança estrutural e mais do que duplicar a sua capacidade financeira, os recursos do Banco no período 2003-2014 seguiram os parâmetros da especialização regressiva dos anos 1990: a sua concentração em setores intensivos em recursos naturais – energia e *commodities* industriais – e uma atuação que acompanhou a tradicional concentração territorial da industrialização brasileira na Região Sudeste. Os grandes projetos que foram realizados fora deste eixo centraram-se na exploração direta de recursos naturais, a exemplo das grandes hidrelétricas na Amazônia - fonte de importantes conflitos e preconceitos ambientais e econômicos locais. Concordando com autores como Fernández (2016), observa-se como a preeminência das regras neoliberais e suas diretrizes em favor dos atores privados fez com que os grandes projetos financiados, apesar de possuírem a maioria dos recursos públicos, seguissem direção dos interesses de seus parceiros privados – relutantes a inovações e formas de produção de risco que contrariassem a inserção internacional periférica baseada nos recursos naturais.

Essa tendência geral, por outro lado, foi moderada em áreas específicas. Em primeiro lugar, houve um crescimento do Investimento Público em infraestrutura, realizado por meio do PAC e com financiamento do BNDES. Diante das normas de responsabilidade fiscal, o Banco atuou como financiador de grandes projetos de infraestrutura urbana e de

transporte para entidades subnacionais e empresas públicas: a expansão da Petrobras no Pré-Sal, a infraestrutura elétrica e até obras ferroviárias e metroviárias foram financiadas pelo Banco. Em segundo lugar, especialmente importante em termos de disseminação territorial, o Cartão BNDES foi criado para financiar pequenas e médias empresas na compra de máquinas e insumos industriais produzidos no Brasil. Essa ação, que também favoreceu prestadores de diversas escalas e ampla gama de serviços, permitiu a disseminação de recursos do BNDES com ampla capilaridade no território brasileiro, revertendo em certa medida a tradicional concentração no Sudeste. É importante destacar que em 2017 o BNDES lançou o Cartão BNDES Agro – um cartão de crédito exclusivo para pessoas físicas, e visa a financiar os investimentos dos produtores rurais os produtores rurais (pessoas físicas) residentes e domiciliados no País, com faturamento bruto anual de até R\$300 milhões. Mais um passo no sentido da atuação do Banco no processo de especialização regressiva, se observarmos a redução da participação da indústria junto aos desembolsos do BNDES.

Por fim, de acordo com a política diplomática, o BNDES favoreceu o desenvolvimento de empresas de serviços de engenharia e produção de máquinas e serviços de transporte que expandiram sua atuação na América do Sul e nos países africanos de colonização portuguesa.

Com as mudanças de governo desde o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, políticas neoliberais explícitas foram defendidas, evidenciando-se um retorno a maior liberdade para o capital privado na determinação do padrão de acumulação. Apesar de não terem ocorrido grandes mudanças estruturais no período 2003-2014, diversas medidas do BNDES foram revertidas a partir de 2016, iniciando com sua descapitalização em mais de 50%. Ao mesmo tempo, a diretriz de ter o BNDES como fonte de recursos públicos para uma nova rodada de privatizações parece ter voltado com força, como já acontecia na década de 1990, agora com foco nas empresas subnacionais de serviços públicos, especialmente água e saneamento. Essas privatizações são exigidas dos governos estaduais em crise como meio para obter suporte federal. Foi assim que, nos últimos meses, em 2021, em meio à pandemia do covid-19, o BNDES regulamentou e financiou a privatização da Companhia Estadual de Água Potável e Saneamento do Rio de Janeiro - CEDAE - considerada um caso emblemático dessa política, além de uma fonte para lucros privados muito bem avaliados pelo setor financeiro. O contexto de pandemia, por outro lado, parece ter suspenso a intenção governamental de continuar reduzindo os recursos do Banco, dadas as pressões dos setores privados concentrados por auxílios financeiros. O período da pandemia e, principalmente, o lugar do BNDES na política instável do Brasil, aparecem como uma agenda de pesquisa a continuar. Trata-se de compreender as tensões e disputas que na atual conjuntura vão se tornando visíveis, evidenciando as relações estruturais entre público-privado e os conflitos sobre as formas de ação do Estado na acumulação de capital e sua articulação territorial em nossa periferia.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BNDES DE NOTÍCIAS. (2018). Aprovações para investimentos em infraestrutura crescem 50% até novembro. Recuperado em 15 de janeiro de 2020, de <https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/detalhe/noticia/Aprovacoes-parainvestimentos-em-infraestrutura-crescem-50-ate-novembro/>.

BIELCHOWSKY, R. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 4ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto. 2000

BNDES. (2016a). Saneamento: 18 Estados confirmam ao BNDES interesse em concessões e parcerias com a iniciativa privada. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Recuperado em 10 de janeiro de 2020, de <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/saneamento-18-estados-confirmam-aobndes>

BNDES. (2016b). Convocação Pública BNDES/FEP Pró-Estruturação de Projetos nº 01/2016 - Saneamento Básico. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Recuperado em 08 de janeiro de 2020, de <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/pesquisaedados/estudos/bndesfep/proestruturacao/fep-saneamento>

BNDES. (2019). BNDES com S de Social e de Saneamento. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Recuperado em 02 de março de 2020, de <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/seminarios/bndes-com-s-de-social-saneamento>

BRASIL (2012). Ministério do Planejamento. Comitê Gestor do PAC. 11º Balanço Completo do PAC - 4 anos (2007 a 2010). 2012.

BRASIL (2014). Ministério do Planejamento. Comitê Gestor do PANós estamos pesquisando nos últimos 10 anos. C. 11º Balanço Completo do PAC 2 - 4 anos (2011-2014). 2014.

BRASIL (2016, 13 de setembro) Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016. Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e dá outras providências.

BRASIL (2018). Ministério do Planejamento. Comitê Gestor do também te amo PAC. 6º Balanço do PAC 2015-2018.

BRENNER, Neil. *New State Spaces: Urban Governance and the Rescaling of Statehood*. Oxford: Oxford University Press, 2004, 351p.

BRENNER, N., Peck, J., Theodore, N. (2010). After neoliberalization?. *Globalizations*, vol. 7, n. 3, 327-345.

CHANG, H. (2004). Chutando a escada: a estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Unesp.

DELLA COLETTA, G. (2021). Bolsonaro agora diz que caixa preta do BNDES nunca existiu. Folha de São Paulo, São Paulo, 17 jun 2021. Edição impressa. Disponível em <https://folha.com/0sbf63qw> último acesso em 17 nov 2021.

DEMIER, F. (2013) *O longo bonapartismo brasileiro (1930- 1964): um ensaio de interpretação histórica*. Mauad X.

ESTADO DE MINAS. (2017). BNDES fará papel de estruturador de projetos de infraestrutura. Recuperado em 20 de março de 2019, de https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2017/09/12/internas_economia,899860/bndes-fara-papel-deestruturador-de-projetos-de-infraestrutura.shtml

FAUSTO, B. (1970). *A revolução de 1930: história e historiografia*. São Paulo: Brasiliense.

FERNÁNDEZ, V. R. (2016) Desde el laboratorio neo-desarrollista a la resurgenciameoliberal: una revisión creative del 'doble movimiento' polanyano en América Latina. *Estado y Políticas Públicas* N° 7, 21-47.

GENTIL, D. L. y PUTY, A. C. B. (2017). *A Previdência Social em 2060: as inconsistências do modelo de projeção atuarial do governo brasileiro*. Brasília: AnFiP/DiEEsE-Plataforma social. Recuperado de: <https://www.dieese.org.br/evento/2017/aPrevidenciasocialEm2016.pdf>.

GHIBAUDI, J. W.; CRESPO, E; WERNER, D.; LALTUF, I. (2021) El Banco de Desarrollo del Brasil en el proceso de neoliberalización reciente (2003-2019). *Realidad Económica* 339, 1° abr. al 15 may. 2021, pp. 135-154.

GHIBAUDI, J. W., y WERNER, D. (2019). El Banco Nacional de Desarrollo de Brasil: su relación con las Privatizaciones, Asociaciones Público-Privadas y Concesiones (2003-2014). *Revista de Ciencias Sociales*, 10(35), 83-99.

GHIBAUDI, J. W.; LAVARELLO, P.; GARCÍA, A. (2018). Autonomía y enraizamientos en la búsqueda del cambio estructural. Un análisis a partir de la política industrial en Argentina y Brasil a principios del siglo XXI. *Revista Ejes de Economía y Sociedad*, Año 2 Nro. 3 julio/diciembre . pp. 15-39.

GHIBAUDI, J. W. (2017). Estado y Fracciones de Clase en la Acumulación del Capital del Brasil: el Banco nacional de Desarrollo en el período 2003-2014. En A. García (Coord.), *Territorio y políticas públicas en el Sur: Dinámicas socio-económicas en Argentina y Brasil a principios de siglo XXI* (pp. 123-144). Buenos Aires: Biblos-AnPCyT.

HART, K. (1986) Heads or Tails? Two Sides of the Coin. *Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, 21, 4, 637-656.

HIRT, C. (2019). Estado, capital e território: o lugar e o papel do BNDES no desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Uma análise até o ano de 2014. Curitiba: CRV

MANN, M. (2006). El poder autónomo del Estado: sus orígenes, mecanismos y resultados. *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, Núm. 5.

MEDEIROS, C. (2015). *Inserção Externa, Crescimento e Padrões de Consumo na Economia Brasileira*. Brasília: IPEA.

PEREIRA, T. R., & MITERHOF, M. T. (2018). O Papel do BNDES e o financiamento do desenvolvimento: considerações sobre a antecipação dos empréstimos do Tesouro Nacional e a criação da TLP. *Economia e Sociedade*, 27(3), 875-908. <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2018v27n3art7>.

PORTO-GONÇALVES, C. W. (2006). Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In Ceceña, Ana. *Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.

Poulantzas, N. (2005) Estado, poder y socialismo [1978]. Siglo XXI.


PRADO JR., C. (2011) *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras.


TORRES FILHO, E. T., y DA COSTA, F. n. (2012). BNDES e o financiamento do desenvolvimento. *Economia e Sociedade*, 21, 975-1009.

VAINER, C. & VIEIRA, F. B. (eds.) (2017) *BNDES: grupos econômicos, setor público e sociedade civil*. Rio de Janeiro: Garamond.

WERNER, D; HIRT, C. (2021) *Neoliberalização dos Serviços Públicos: o papel do BNDES no Saneamento Básico pós-2000*. URBE. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 13, p. 1

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



TERRITORIALIDADES, POLÍTICAS E SUSTENTABILIDADE:



Agenda e questões contemporâneas


Ano 2022